

INSTITUTO DA CONFERÊNCIA

Para inauguração do novo ano das actividades da Ordem, realizou-se no dia 22 de Novembro de 1955, na sala magna da sua sede, repleta de uma selecta assistência de professores universitários, magistrados, profissionais do foro e muitos convidados, uma sessão solene em que foi prestada homenagem à memória de dois insignes advogados: Domingos Pinto Coelho, antigo presidente da Ordem, e José Maria Barbosa de Magalhães, operoso cultor das letras jurídicas, cujos elogios haviam sido confiados, respectivamente, aos Drs. António de Sousa Madeira Pinto e Pedro Pitta.

Presidiu à sessão o ilustre titular da pasta da Justiça, Prof. Doutor Antunes Varela, que tinha à sua direita o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Cons. Cruz Alvura e o Procurador-Geral da República, Dr. José Osório da Gama e Castro, e à esquerda o Presidente da Ordem, Prof. Doutor Adelino da Palma Carlos e o Director da Faculdade de Direito de Lisboa, Prof. Doutor Fernando Emygdio da Silva.

Aberta a sessão, usou da palavra, em primeiro lugar, o Presidente da Ordem que disse:

Ex.^{mo} Senhor Ministro da Justiça
Senhores Magistrados
Meus Colegas, Advogados e Candidatos
Minhas Senhoras, Meus Senhores

Tem 29 anos de vida a Ordem dos Advogados Portugueses; anda a criar as suas próprias tradições; a ensaiar cada dia novos passos no sentido do seu aperfeiçoamento, incansavelmente procurado.

Muito terá feito já; e mais houvera feito se os que a compõem vivessem mais a sua vida, e os que a dirigem e cujo sacrifício louvo sem reservas (excluindo-me do número dos que merecem louvores, pois sou mero agente de execução do que os Conselhos determinam) — pudessem consagrar apenas à direcção muito do tempo que têm de consumir em arredar pegulhos.

Começa hoje a criar-se, porventura, mais uma tradição: a de receber, em ar de gala, os estagiários, inaugurando-se, ao mesmo tempo, com expressiva solenidade, as actividades culturais de um novo período.

Nada melhor, para dar realce a esta cerimónia, que a presença de Vossa Excelência, Senhor Ministro.

A Ordem dos Advogados, ciosamente independente, como quantos a constituem, da sua liberdade e da sua dignidade; incapaz de sujeitar-se, por formação mental e moral dos seus membros, a domínios estranhos; querendo e merecendo o seu próprio governo, para assumir as inerentes responsabilidades, que pode suportar com galhardia, nunca se sentiu constrangida por, com as autoridades judiciais, se enquadrar na esfera de acção do Ministro da Justiça.

Ela serve, como colaboradora da função judicial (nos próprios termos da lei), os ideais que norteiam a actividade do Ministério; e se da sua realização acaso discorda, se por vezes reclama a modificação de princípios que lhe parecem errados, fá-lo no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da legislação, em especial da concernente às instituições judiciárias e forenses, como a lei lhe impõe que faça; mas nunca deixou de tributar ao Ministro da Justiça o preito da sua homenagem e de se regozijar com a sua compreensão, em tantos passos manifestada.

Hoje, porém, a nossa satisfação pela presença de Vossa Excelência transcende da respeitosa consideração sempre devida ao chefe da função judicial; tem um pouco da alvoroçada alegria com que se recebe um companheiro dos mesmos combates, de volta à casa comum; do orgulho de ver um dos nossos guindado ao exercício de tão alta função.

É que a Ordem não pode esquecer que Vossa Excelência honrou os seus quadros durante mais de 10 anos: candidato em 27 de Abril de 1944; advogado em 8 de Fevereiro de 1946, só em 14 de Julho de 1954 veio a ser suspensa a sua inscrição — já em vésperas do seu acesso ao Ministério.

V. Ex.^a viveu, portanto, a nossa vida; sentiu os nossos problemas; compreendeu as nossas inquietações; teve as nossas horas de descrença, as nossas horas de dúvida — e algumas — as raras! — de euforia; foi advogado; — *é advogado* — porque a profissão deixa nas

nossas almas um sulco que não se apaga, mesmo quando o destino nos arranca à glória de envergar as nossas togas!

E é por isso que V. Ex.^a há-de estar a sentir, com particular emoção, o simbolismo desta hora, em que a Ordem se engalana para receber mais uma geração que chega.

Que queremos nós significar aos jovens ainda há pouco saídos das Escolas e agora inscritos nas nossas fileiras, ao recebê-los nesta sessão, sob a presidência de Vossa Excelência, na presença dos mais altos Magistrados — a quem também endereço uma palavra sentida de respeitosa saudação —; perante velhos e ilustres advogados; ante o escol dos servidores da Justiça; — senão que eles são a nossa esperança, a nossa fé, a certeza do futuro da profissão, os continuadores da servidão do Direito, que tem sido a nossa servidão, por sabermos que na defesa sem tréguas dos seus princípios assenta a vida da humanidade?

Que queremos nós, senão mostrar-lhes que os recebemos de braços abertos, oferecendo-lhes o nosso apoio, a nossa camaradagem, a nossa compreensão, o nosso estímulo, a nossa experiência e a nossa ajuda — de que vão ser prova imediata os trabalhos do Instituto da Conferência, com tanto brilho e sacrifício dirigidos pelo Doutor Inocêncio Galvão Teles — advogado e professor eminente — e os da Conferência Preparatória dos Estagiários, orientada superiormente pelo Dr. Fernando Castelo Branco, ilustre Presidente do Conselho Distrital de Lisboa?

Que queremos nós, senão fazer-lhes sentir que esta casa é sua, e deixar nos seus espíritos uma recordação que a ela para sempre os prenda — nesta cerimónia que pela primeira vez se realiza com tanto relevo, emprestado pela presença de tão ilustres personalidades?

Por isso eu dizia há pouco que porventura estamos abrindo uma tradição: a destas sessões inaugurais, que espero passem a realizar-se todos os anos, não para que os novos pensem que a vida que escolheram é de aparato e esplendor, mas para que sintam que entraram numa classe que os acolhe com fraternal ternura e se propõe prestar-lhes todo o auxílio, num exemplo de verdadeira solidariedade.

Isso lhes dará força para as lutas constantes que os esperam — pois não há vida de mais insano combate, de mais profundo sacrifício, de mais completa renúncia, que a vida do advogado.

Quem não tiver coragem para se enclausurar no estudo, para resistir às fáceis solicitações da glória fácil, para dominar a ambição, para sofrer o sofrimento alheio com esquecimento do próprio; quem não souber esmagar o coração ou dá-lo inteiro às dores que torturam os outros corações — não se deslumbre com o lustre deste acolhimento — e parta: não poderá ser advogado; não saberá ser advogado!

Mas quem tiver a certeza duma vontade firme, dum espírito resoluto, duma alma caldeada para os embates da sorte; quem se sentir capaz de resistir às solicitações do interesse, desde que contrárias à consciência; quem se julgar um ser humano igual aos outros, pela compreensão dos seus sofrimentos e pelo partilhar das suas agonias; quem, olhando para si próprio, vir brilhar a chama da idealidade da profissão, e se dispuser a vivê-la, a senti-la e a sofrê-la — esses que fiquem!

Que fiquem, e que busquem, no exemplo dos nossos maiores, as rotas das suas vidas; que fiquem, e que sejam o elo de ligação entre o passado (em que os homens do meu tempo a cada instante mais e mais se afundam) e o futuro, que nas suas mãos repousa, a partir de agora já também como detentores dos pergaminhos da classe!

Desse passado, em que podem encontrar-se tantos motivos de orgulho para os advogados portugueses, vão hoje ser evocadas, para lição dos novos e proveito de todos, duas nobilíssimas figuras: as dos Drs. Domingos Pinto Coelho e José Maria Barbosa de Magalhães.

Se vivos fossem, teriam, ambos, no mês de Outubro findo, dobrado o cabo dos cem anos: o Dr. Pinto Coelho em 8, o Dr. Barbosa de Magalhães em 26.

Deste último, habituei-me a respeitar o nome e a obra, ainda escolar de leis: das obrigações solidárias, desbravei alguns mistérios na sua monografia sobre esse tema; das falências e do processo mercantil, muito aprendi nos seus Códigos Anotados, dos quais o de processo ainda é hoje uma obra de consulta frequente e proveitosa. É dos livros que resistem ao tempo.

Na *Gazeta da Relação de Lisboa*, (que ele dirigia quando em 1910 faleceu), e cuja ulterior suspensão deixou na nossa imprensa jurídica um grande vácuo ainda não preenchido, publiquei, logo depois de formado, os meus primeiros artigos doutrinários; fi-lo por generoso convite de seu ilustre filho — o Professor Barbosa de Maga-

lhães, cujo idealismo, nobreza de sentimentos, cultura, fé e inteligência, fizeram dele, (como disse numa conferência que proferi nesta casa durante o período em que foi nosso Bastonário), um dos meus Mestres mais respeitados e queridos.

Por tudo guardo, pela memória do grande advogado que foi o Dr. José Maria Barbosa de Magalhães, um culto profundo e sincero.

Sinto a sua alma connosco neste momento de consagração.

Ao Dr. Domingos Pinto Coelho, ainda o conheci; ainda o admirei na barra, a discutir com uma lucidez e uma clarividência excepcionais; li os seus trabalhos jurídicos, com o encanto que eles inspiravam a quem os apreciava; soube dos seus combates nos corpos gerentes da Ordem, em momentos em que a ciosa independência desta parecia imprudentemente ameaçada; beneficiei, (como todos os advogados), da sua acção modelar na presidência; ouço a cada passo referir a rizeja das suas atitudes, na defesa de princípios do nosso interesse geral; e guardo como o melhor prémio dos anos intermináveis em que tenho presidido à corporação, com honra só igualada pelo sofrimento, a afirmação que ouvi a seu filho, o Venerando Presidente do nosso Conselho Superior, Sr. Dr. Carlos Pinto Coelho, em dado passo da minha vida: Se meu pai fosse vivo, procederia exactamente, nestas circunstâncias, como o Dr. Palma Carlos.

Assim eu pudesse proceder em todas — que viveria na certeza feliz de ser um advogado exemplar!

Pois é destas nobres figuras que vão falar-vos, no entrelaçar do passado com o futuro que foi a minha preocupação, dois outros grandes nomes da advocacia: do Dr. Domingos Pinto Coelho, o Dr. Madeira Pinto, esforçado obreiro da Ordem, o seu primeiro grande organizador, advogado ilustre, que em todos os Conselhos tem vincado a sua presença, que já nos representou em Congressos Internacionais, como os de Madrid e Valência, que preparou, com competência inextinguível, as comemorações do nosso XXV aniversário e que ainda agora, no Conselho Superior, imprime o cunho do seu equilíbrio e do seu bom senso às decisões desse alto organismo; do Dr. Barbosa de Magalhães, o Dr. Pedro Pitta, cujas virtudes é difícil exaltar, de tantas serem: antigo vogal dos Conselhos Geral e Superior da Ordem, advogado eminente, orador de alta estirpe, escritor sábio, conceituoso e elegante; antigo Ministro, Académico, figura das primeiras da

vida pública portuguesa, em todos os campos em que exerceu a sua actividade fulgurante, a deixar um rasto de sol no céu da sua vida.

Não sei como agradecer-lhes o favor sem par da preciosa colaboração.

Fica a dever-lhes a Ordem mais um serviço inestimável: o de a tantas noites de alta espiritualidade que aqui se têm vivido, se juntar esta noite com todo o seu profundo significado; as vozes de dois grandes advogados de hoje falando, para os de amanhã, de dois dos nossos maiores!

Assim fazemos do presente o ponto de união do futuro com o passado, seguindo a lição de *Montaigne*!

Saibam aproveitá-la os novos, a quem a consagramos; e possam todos V. Excelências perdoar-me o tanto que retardei o prazer de ouvirmos os oradores desta sessão!

O Dr. Madeira Pinto, a quem seguidamente foi dada a palavra para o elogio de Domingos Pinto Coelho, desempenhou-se do encargo nos seguintes termos:

Ex.^{ma} Senhor Ministro da Justiça
Senhor Presidente da Ordem
Dignos Magistrados
Senhoras
Senhores
Colegas

Foi missão grata em todos os tempos, melhor direi, dever sempre gratamente cumprido, celebrar as virtudes, exaltar os merecimentos, perpetuar a memória, apontar aos contemporâneos os exemplos, daqueles que, extremando-se do comum, conquistaram o direito à consagração pública.

Põem-se-lhes as vidas em crónica para edificação dos vindouros; se foram santos, sobem aos altares; se por gestas se distinguiram, modelam-se na pedra ou no bronze as suas figuras e ornam-se com elas as praças públicas; se foram luminares das ciências, das letras ou das artes, se por sua filantropia criaram jus à gratidão dos humanos, tomam-se por patronos das escolas, dos museus, das fundações